

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS – CAMPUS ARARAQUARA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

RELATÓRIO DE PÓS-DOCTORADO

**AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO SUDESTE PELA
PERSPECTIVA DECOLONIAL E INTERSECCIONAL**

Pesquisadora: Dra. Nathália Gonçalves Zapparoli
Supervisora: Profa. Dra. Luciléia Aparecida Colombo

Araraquara

Março/2026

RESUMO

Esta pesquisa analisa as perspectivas decolonial e interseccional implementadas nas políticas de desenvolvimento na Região Sudeste Brasileira. A hipótese é que essas perspectivas são marginalizadas independente do governo. Sendo assim, tais políticas ainda são implementadas pela lógica do crescimento econômico, por e para grupos hegemônicos. É utilizado método qualitativo como estudo de caso e análise documental. E método quantitativo, com estatística descritiva. Os resultados consistem em inferir a marginalização de políticas públicas decoloniais e interseccionais de desenvolvimento, de valorização dos saberes das comunidades tradicionais, de participação ampla de diversos grupos sociais e desenhadas para as minorias sociais.

SUMÁRIO

RELATÓRIO CIENTÍFICO.....	04
INTRODUÇÃO.....	04
OBJETIVOS.....	04
RELEVÂNCIA DA PESQUISA.....	05
REFERENCIAL TEÓRICO.....	07
MATERIAIS E MÉTODOS.....	12
PREÂMBULO DA PESQUISA.....	14
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.....	15
ESCOPO TEÓRICO-METODOLÓGICO.....	16
COMPÊNDIO DO DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO	21
COMPARATIVOS ENTRE AS LOAS E O PAPEL DAS POLÍTICAS	
SUSTENTÁVEIS.....	23
RESULTADOS.....	31
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	32
RELATÓRIO TÉCNICO.....	39
ATIVIDADE DE EXTENSÃO.....	39
Comissões Julgadoras em Congressos.....	40
Coordenação de Grupos de Trabalhos em Congressos.....	40
Avaliadora de Trabalhos Científicos em Congressos.....	41
Emissão de Pareceres de Artigos em Periódicos Científicos.....	41
Revisora de Projetos de Iniciação Científica.....	42
Comitê Editorial.....	42
Organização de Dossiês em Periódicos Científicos.....	42
Banca de Conclusão de Curso de Graduação e Pós-Graduação.....	43
ATIVIDADES DE ENSINO.....	43
Mentorias.....	43
Cursos.....	44
Inserções em Pesquisas no Grupo de Pesquisa.....	44
ATIVIDADES DE PESQUISA.....	44
Execução do Projeto de Pesquisa.....	44
Participação e Apresentação de Trabalhos em Congressos Nacionais e	
Internacionais.....	45
Publicação em Anais de Eventos Científicos.....	47
Publicação em Periódico Científico.....	47

Revisora Interna de Capítulos de Livro.....	47
Publicação de Capítulo de Livro.....	47
Organização de Livro.....	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48

RELATÓRIO CIENTÍFICO

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa se enquadra no campo de conhecimento de Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional, fundamentado nas abordagens decoloniais e interseccionais.

Refere-se a continuidade de pesquisas realizadas pela autora, cuja trajetória nas políticas públicas advém desde a iniciação científica, com foco especial nas políticas de ciência, tecnologia e inovação. A metodologia de pesquisa se concentrou em métodos qualitativos e com abordagem teórica-metodológica eurocêntrica, por mais que os objetos de pesquisas fossem a respeito da realidade brasileira (Zaparolli 2014, 2017, 2022).

Desse modo, em caráter inovativo, como se demonstrará, número de dados a serem analisados, e contínuo amadurecimento profissional, pretendeu-se aprofundar nos conhecimentos dos métodos quantitativos, tratando-se de pesquisa de métodos mistos, e a partir de perspectivas baseadas nas próprias realidades de grupos marginalizados/vulnerabilizados historicamente. Isso posto, esta pesquisa teve por objeto de pesquisa as Políticas de Desenvolvimento implementadas na região sudeste brasileira.

O intuito foi compreender como as perspectivas decolonial e interseccional são aplicadas nestas políticas e seus impactos. Assim, as perguntas de pesquisa são: de que forma as perspectivas são implantadas nas Políticas de Desenvolvimento regionais? Quais os impactos dessas políticas para os grupos aos quais são propostas? Com isso advém a hipótese a ser testada: essas perspectivas são marginalizadas independente do governo. Isso porque se entende que tais políticas são direcionadas majoritariamente para o crescimento econômico, feitas por e para grupos hegemônicos. Dessa forma, propôs-se a fortalecer os estudos nos campos das políticas públicas e decoloniais/interseccionais.

OBJETIVOS

O objetivo geral deste projeto consiste em examinar os impactos das políticas de desenvolvimento da região sudeste brasileira, na perspectiva decolonial e interseccional,

Objetivos específicos:

- identificar e descrever as principais políticas públicas de desenvolvimento econômico e social na região sudeste do Brasil, a partir dos projetos de leis das Assembleias Legislativas, leis estaduais e dos Programas Governamentais lançados pelos governos estaduais nos dois últimos mandatos, com foco nas Leis Orçamentárias e nos Planos Plurianuais.

- analisar a presença (ou ausência) de abordagens decoloniais/interseccionais nas políticas públicas;

- examinar os impactos dessas políticas sobre diferentes grupos sociais, com ênfase nas populações marginalizadas;

- investigar como as políticas públicas têm perpetuado ou desafiado as estruturas coloniais de poder e desigualdade.

RELEVÂNCIA DA PESQUISA

A análise das políticas públicas, especificamente as de desenvolvimento, no sudeste brasileiro por meio das perspectivas decolonial e interseccional revelam-se essenciais para compreender e superar as desigualdades sociais e econômicas profundamente enraizadas na região. As abordagens tradicionais relacionadas ao desenvolvimento frequentemente perpetuam estruturas coloniais de poder e exclusão, negligenciando a diversidade cultural e as necessidades específicas das populações marginalizadas (Quijano, 2000).

As teorias decoloniais, como expostas por autores como Mignolo (2007) e Quijano (2000), argumentam que o colonialismo deixou legados duradouros que continuam a influenciar as práticas e políticas contemporâneas. Esses legados são evidentes nas políticas públicas que frequentemente favorecem interesses econômicos globais e elites locais, ao mesmo tempo em que marginalizam comunidades indígenas, afrodescendentes e outros grupos vulneráveis (Mignolo, 2011).

Sucintamente, ao analisarmos a trajetória história do, hoje, sudeste brasileiro, inferem-se as heranças do processo de colonização. Esta região foi uma das primeiras a serem invadidas por colonos europeus, em meados de 1500, que violentaram de imediato populações indígenas e, em pouco tempo, sequestraram africanos para trabalharem de forma escrava em nosso território (Prado Júnior, 2012; Ricupero, 2020).

Esse processo de aculturação e assimilação, vinculado ao sistema produtivo incipiente do mercantilismo, depois um capitalismo propriamente dito, cujas bases são propriedade privada, lucro e exploração (do meio ambiente e da classe trabalhadora), criaram-se estruturas determinantes para desigualdades sociais, econômicas, políticas, de gênero, etc. E ainda como o próprio poder público possui poucos registros desses grupos no decorrer dessas transformações (Fernandes, 2021; Ribeiro, 2023; Mattos, 2014), o que reforça a importância de estudos com essa temática.

Em especial a região sudeste, a economia, ao longo dos séculos e em sua maioria, foi fomentada pela exploração de café e, mais recentemente, passou por um elevado processo de industrialização. Viu-se a substituição de trabalho escravo para o assalariado, a urbanização e a crescente marginalização de determinados grupos sociais (Prado Júnior, 2011; Slenes, 2012).

O ponto é: pode-se considerar a região como o berço de implementação das políticas coloniais e consolidação dos processos de desenvolvimento voltados para o crescimento econômico nos moldes da exploração capitalista, logo feitos por uma elite e para elite, ou seja, entende-se a região como epicentro desses fenômenos.

Assim sendo, em especial durante o século XXI, observaram-se mudanças nos discursos das políticas econômicas e de desenvolvimento nesses estados. Graças às mudanças climáticas, pressões de grupos subalternizados, movimentos sociais, e constantes mudanças nas relações internacionais devido às crises econômicas (um exemplo foi a crise de 2008 com o *subprime*), governos trouxeram para seus planos governamentais pautas como: sustentabilidade e participação da sociedade civil em sentido mais amplo, buscando oportunizar as reivindicações dos negros, mulheres, comunidade LGBTQIAPN+, Pessoas com Deficiência, povos originários, comunidades tradicionais.

Ainda sobre sudeste brasileiro, a região mais economicamente desenvolvida do país, as disparidades sociais e econômicas são acentuadas. Rands (2018), por meio de fatores econômicos, aponta que as políticas públicas na região tendem a reproduzir desigualdades ao não considerarem as particularidades locais. Portanto, uma abordagem decolonial e interseccional são cruciais para reverter essas dinâmicas excludentes e promover um desenvolvimento mais equitativo e sustentável.

Pesquisas anteriores, como as de Walsh (2009), destacam a necessidade de uma abordagem decolonial para o desenvolvimento, que priorize a justiça social, a equidade e a inclusão. Argumenta que as políticas públicas devem ser repensadas para desafiar as hierarquias coloniais e promover o bem-estar de todas as populações, reconhecendo e valorizando suas culturas e conhecimentos tradicionais.

Ademais, a literatura decolonial sugere que a participação ativa da sociedade civil e dos movimentos sociais é fundamental para a formulação de políticas públicas que realmente atendam às necessidades das populações marginalizadas (Escobar, 2007). A inclusão dessas vozes pode contribuir para a construção de políticas mais justas e eficazes, que reconheçam e respeitem a diversidade cultural e social da região.

Devido a estes fatores supracitados, propôs-se como escopo de pesquisa analisar de forma comparativa as políticas de desenvolvimento na região sudeste. No sentido de que nessa região protagonizou as bases estruturais de nossa sociedade, assim como das relações de poder ao longo do tempo, inferir se nessa região também as transformações estão ocorrendo para uma racionalização do desenvolvimento “nova”, diferente, ou ainda se propaga a “antiga”.

Esta pesquisa pretendeu, portanto, preencher uma lacuna significativa na literatura e na prática das políticas de desenvolvimento regionais. Ao adotar uma perspectiva decolonial e interseccional, analisou-se criticamente as políticas existentes e, por meio de seus impactos, avaliar-se-á de que forma podem ser mais inclusivas.

Como defende Santos (2016), a sociedade ainda enfrenta uma monocultura do saber científico, eurocentrado, no qual outras formas de saberes foram sistematicamente deslegitimadas pelo pensamento hegemônico ocidental, um epistemicídio. Assim, se propõe uma ecologia dos saberes, o respeito a diversidade epistêmica, e não só científica. E isso se vale para (analisar) as formulações e implementações das políticas de desenvolvimento.

REFERENCIAL TEÓRICO

Em relação ao referencial teórico, explora-se a literatura existente sobre políticas de desenvolvimento a partir dessas duas perspectivas, destacando os principais temas, desafios e oportunidades.

O termo desenvolvimento é polissêmico e seus significados são diferentes de acordo com o espaço e tempo aos quais nos referimos, de todo modo é unânime que ao se tratar de desenvolvimento socioeconômico, este é um eixo influenciador de transformações nas sociedades.

Majoritariamente, na perspectiva ocidental, as políticas que versam sobre tal tema reproduzem estruturas de poder coloniais e perpetuam desigualdades. Afinal a sociedade moderna brasileira, em específico, foi moldada em ideais colonizadores, numa classe dominante com ideologias racistas e patriarcais.

Instaurou-se o sistema de produção capitalista (mesmo que esse capitalismo se reconfigurou ao longo dos séculos), cujas bases são o lucro e a propriedade privada, marginalizando grupos, etniais, epistemologias (Santos, 2016; Fernandes, 2020). A união destes fatores se tornou a base de nossa sociedade e o entendimento sobre desenvolvimento intimamente atrelado à crescimento econômico (Bresser-Pereira, 2014; Schumpeter, 1997; Singer, 2004; Wesz; Pereira, 2021).

Assim, pode-se inferir que os responsáveis pela elaboração e implementação das políticas de desenvolvimento costumam configurar atores pertencentes aos grupos dominantes, que desenham as políticas públicas a partir de suas visões de mundo e interesses (Frey, 2000; Laswell, 1936; Lima; D'Ascenzi, 2019; Secchi, 2013; Schmidt, 2008; Souza, 2006).

De outra forma, por mais que hoje estejamos numa democracia representativa, teoricamente, pode-se dizer que nossos representantes políticos deveriam agir de acordo com os interesses de seus votantes e que os representantes do Estado de um modo geral deveriam agir na perspectiva de promover a dignidade da pessoa humana, mas na realidade concreta se observa os *policymakers* dentro da lógica supracitada no parágrafo anterior.

Por conseguinte, durante séculos tivemos essa perspectiva de desenvolvimento, no entanto nas últimas décadas, o mundo tem vivenciado transformações climáticas categorizadas como aquecimento global. Como também grupos sociais, econômicos e políticos têm questionado as formas de nosso sistema produtivo e propagado alternativas a isso (Krenak, 2020). Dentro desse contexto, o desenvolvimento sustentável se tornou pauta para as políticas públicas (Barbieri, 2020; Ferreira, 1998; Moura, Bezerra, 2016).

O desenvolvimento sustentável também abarca um conceito polissêmico, em linhas gerais, pode ser entendido como a valorização de conhecimentos de comunidades tradicionais e/ou originárias, devido sua relação de familiaridade/ancestralidade e respeito com o meio ambiente, no sentido de unidade/união; ou pequenas alterações no sistema produtivo, buscando mercadorias ou processos menos nocivos para a natureza, como sacolas biodegradáveis, consumo de menos produtos industrializados, etc. (Acosta et. al. 2016; Jiquiri, 2024; Marques, 2018; Pearce, 2018).

Se existem os grupos dominantes, a sociedade possui os grupos dominados, mas aqueles ativos e confrontadores das estruturas promotoras da desigualdade. Nesse sentido, as pautas inditárias se fortaleceram no final do século XX e criaram raízes no século XXI. Assim, observou-se movimentos sociais, intelectuais, grupos políticos e econômicos (minoritários socialmente) reivindicando seu protagonismo na formulação e implementação de políticas públicas de segmentos da sociedade como mulheres, negros, população pobre, ou que pelo menos estas políticas sejam desenhadas e voltadas para estes públicos.

Diante desses cenários, no século passado, surgiram os estudos chamados decoloniais, justamente direcionados para a compreensão das estruturas de poder decorrentes das colonizações, ou seja, os caminhos de violências foram confrontados por estudos da nossa realidade social e econômica na busca de desafiar e reestruturar essas políticas para promover justiça social e equidade. Ou seja, uma crítica profunda à colonialidade persistente nas estruturas sociais, epistemológicas e políticas do mundo contemporâneo. Iniciados a partir dos anos 1970, estimulados pelos movimentos de contracultura, mas sistematizados com maior força nas décadas seguintes.

Assim, Quijano (2000) introduz o conceito de colonialidade do poder, demonstrando como a lógica colonial se mantém para além da dominação formal, estruturando hierarquias raciais, econômicas e epistêmicas no sistema-mundo moderno, resultando na exclusão de conhecimentos indígenas e outras formas de saber não ocidentais. Mignolo (2007, 2011) afirma que a modernidade ocidental está intrinsecamente ligada ao colonialismo, e que a superação dessas estruturas exige uma reorientação radical das políticas de desenvolvimento. Amplia esse debate ao propor a ideia de opções decoloniais, que seriam possibilidades de existência, produção de conhecimento e organização política que escapam da lógica colonial-moderna. Destaca o papel dos “lugares de enunciação” subalternos e a importância das epistemologias

insurgentes. Propõe que a descolonização passa não apenas por novas práticas sociais, mas por uma ruptura com as linguagens do poder.

Por isso, ao pensar na elaboração e implementação das políticas, os desenhos e seus públicos-alvo, a participação de atores subalternizados implica em mudanças da racionalidade (econômica) colonial.

De outro modo, mas complementar, ascende a abordagem interseccional, que considera as múltiplas dimensões das desigualdades, como de gênero, raça e classe, e não de forma hierárquica (Crenshaw 1989; Collins, 2000). Sujeitos a depender da origem social, econômica, racial, das vivências e experiências cotidianas, das estruturas que os cercam ao longo da vida, são atravessados por dimensões diversas de violências e isso impacta suas subjetividades e sociabilidades.

Lorde (2020) reforça a não existência da hierarquia de opressões ao falar que machismo e heterossexismo emergem da mesma fonte do racismo, da crença de superioridade inerente de uma raça sobre todas as outras, portanto seu direito à dominância.

Pensando na realidade brasileira, Lélia Gonzalez (1984) faz uma crítica ao se referir que as consequências do racismo vêm acompanhadas da perspectiva econômica, não considerando outras dimensões da opressão. Assim, racismo, sexismo e classismo são eixos estruturantes da dominação e a inter-relação destes fatores faz com que mulheres negras pobres possuem posição desigual em relação às mulheres brancas e classe média. Ainda mais num país marcado pela ideologia da democracia racial (Freyre, 2006).

Assim, relações de trabalho como a escravidão alteram subjetividades dos povos vitimados por ela, relembra Nascimento (2018). Em suas pesquisas resgata a valorização dos quilombos, não só como um espaço geográfico, mas sim espaços de resistências alternativas, um contraponto às estruturas de dominação, desenvolvimentos resistentes ao *status quo*.

Então, o conceito de interseccionalidade embasa o entendimento de como as políticas públicas frequentemente falham em reconhecer as experiências de indivíduos que enfrentam múltiplas formas de discriminação simultaneamente, as interseções de raça, gênero e classe influenciam o acesso e a participação nas políticas.

Walsh (2009) argumenta que a interculturalidade pode servir como uma base para políticas de desenvolvimento que reconheçam e valorizem a diversidade cultural e epistemológica. Pela perspectiva de uma interculturalidade crítica como projeto político pedagógico, que ultrapassa a retórica oficial do multiculturalismo neoliberal e cujo foco está educação decolonial a ser construída com base em práticas coletivas insurgentes.

Escobar (2007a, 2007b) propõe a necessidade de um "mundo de conhecimentos outros", onde múltiplas epistemologias sejam integradas em um diálogo horizontal, rompendo com a hegemonia do conhecimento ocidental. Elabora a crítica ao desenvolvimento como ideologia colonial. Propõe a substituição do paradigma desenvolvimentista por formas de vida baseadas no *buen vivir*, uma noção ancestral indígena que integra equilíbrio ecológico, relacionalidade e autonomia.

Gudynas (2011) apresenta ainda uma ideia de pós-desenvolvimento a partir da crítica à racionalidade econômica ocidental. O *buen vivir* como uma plataforma política alternativa ao desenvolvimento tradicional, como crítica ao progresso linear e crescimento econômico como caminhos exclusivo para o bem-estar, visto muitas vezes nas bases do materialismo e individualismo, por isso se propõe de forma coletiva.

Ao pensar em alternativas e dentro de uma perspectiva mais ampla de desenvolvimento, Dagnino (2009) explora como a inovação tecnológica pode ser direcionada para a inclusão social, destacando exemplos de políticas no Brasil que visam integrar comunidades marginalizadas no processo de inovação. Arocena e Sutz (2012) analisam como tais políticas na América Latina podem ser reformuladas para promover inclusão social, enfatizando a importância de considerar contextos locais e históricos.

No que diz respeito ao desenvolvimento regional do Sudeste, em linhas gerais, desempenhou um papel central na trajetória econômica do país. Desde o período colonial, essa região passou por transformações significativas que moldaram sua estrutura socioeconômica. No século XIX, a economia cafeeira consolidou-se como principal atividade econômica, especialmente no Vale do Paraíba e no oeste paulista. Esse ciclo do café impulsionou a construção de infraestrutura, como ferrovias, e atraiu imigrantes europeus, transformando São Paulo em um centro econômico vital (Diniz, 2021).

A crise de 1929 afetou severamente a economia cafeeira, levando à diversificação econômica e ao processo de industrialização, particularmente em São Paulo e Rio de Janeiro, consolidando o Sudeste como o polo industrial do país. Atualmente, a Região

Sudeste mantém sua posição de destaque na economia nacional, abrigando importantes centros financeiros, industriais e tecnológicos, resultado de séculos de evolução e adaptação às dinâmicas econômicas globais e internas (Engelmann; Freitas, 2018).

Como ressalvas, em relação às metodologias de pesquisa, defende-se serem decolonizadas, a exemplo de perspectivas e necessidades das comunidades indígenas. Ela apresenta projetos que utilizam tecnologias apropriadas, desenvolvidas em colaboração com comunidades locais, para atender suas necessidades específicas e promover a autonomia (Smith, 2012).

E no que diz respeito à grupo hegemônico se entende como aquele que exerce liderança cultural e moral, moldando a ideologia e os valores da sociedade de tal forma que sua dominação seja legitimada e naturalizada pelos dominados, a estratégia é a coerção. Lembrando que a hegemonia não é estática, mas sim um processo contínuo de negociação e luta pela liderança e também que se a hegemonia é ético-política, ela é também econômica (Gramsci, 1978, 2002).

Portanto, compreender esses processos nas políticas de desenvolvimento possibilita perceber as estratégias estabelecidas, os impactos uma vez implementadas, e traçar caminhos alternativos possíveis para inclusão e diversidade.

MATERIAIS E MÉTODOS

Em relação aos métodos, essa pesquisa é realizada a partir de métodos qualitativos e quantitativos. Primeiramente, a realização de revisão bibliográfica sistemática (Petticrew; Roberts, 2006; Gough; Oliver; Thomas, 2017 da literatura decolonial, interseccional, de desenvolvimento, por meio de livros, artigos acadêmicos, teses e dissertações, documentos governamentais e relatórios de organizações não governamentais.

Por se tratar das políticas de desenvolvimento na perspectiva decolonial e interseccional da região sudeste brasileira, tratam-se de quatro estudos de caso comparativos, ou seja, análise qualitativa comparada (George; Bennet, 2005; Tellechi; Bitterncourt; Silame, 2024; Sandes-Freitas; Freitas, 2024) para explorar em profundidade exemplos específicos de políticas públicas de desenvolvimento na região sudeste, analisando seus impactos e desafios, como também as iniciativas decoloniais ou comunitárias.

Coleta de planos de desenvolvimento, leis, regulamentos e relatórios de políticas públicas, em especial as LOA e PPA. Também se fará análise de conteúdo (Mayring, 2015; Sampaio et. al., 2024), por meio do *software* Atlas.ti para identificar a presença (ou ausência) de perspectivas decoloniais nas políticas.

Ainda no quesito qualitativo, confrontar esses orçamentos com as diretrizes, objetivos, metas, programas e ações dos PPA (2020-2023) a fim de analisar a proporção de destinação para esta área em relação a outras e comparar o discurso à prática, baseado no risco de responsabilidade fiscal.

De forma categórica, as ações e programas selecionados foram os que faziam referência aos conceitos de sustentabilidade aqui debatidos, nos âmbitos da eficiência de recursos materiais, da preservação, conservação, manutenção, e, especificamente, em relação ao meio ambiente, não preservação e reestruturação de infraestrutura, por exemplo.

Definição direcionada para captação das políticas diretamente relacionadas para mitigação da crise climática com efeitos mais imediatos. Por esta razão e para efeitos desta pesquisa, a parte de educação não foi selecionada, por se tratar de políticas com efeitos de longo prazo, sobre construção coletiva de consciência, mudança cultural. Entende-se a extrema relevância da educação ambiental para atacar os efeitos da crise climática, mas se entende a necessidade de um debate exclusivo.

Em relação ao quantitativo, foram coletados dados orçamentários oficiais diretamente dos portais públicos dos governos estaduais. Em seguida, será realizada análise estatística descritiva (Babbie, 2010; Creswell, 2014)., com sistematização dos dados em planilhas do Excel, e plotados gráficos para mensurar os recursos financeiros destinados às políticas de desenvolvimento sustentável, identificando tendências e padrões ao longo dos anos, para verificar se há diferenças significativas entre os estados e ao longo do tempo, em seus planejamentos de longo-médio prazo e curto prazo.

Compreende-se também o limite analítico por não estar no escopo os conteúdos dos programas, afinal em diversos processos, procedimentos podem existir a sustentabilidade, mas se reforça o objetivo central de comparar os PPAs com as LOAs para analisar como os governos se planejam e como operacionalizam as políticas de sustentabilidade em contextos institucionais e históricos distintos.

Em síntese, a interseccionalidade e decolonialidade são parâmetros analíticos das políticas mapeadas e balizadores para comparações entre os estudos de caso. Por isso, em termos de operacionalização de impactos das políticas, trata-se de analisar variáveis como: participação uso social; fontes de financiamento; descentralização; interseccionalidade; resgate de saberes tradicionais; sustentável dos recursos naturais; pertencimento/identidade; mudanças nas relações de poder.

PREÂMBULO DA PESQUISA

Nas últimas décadas, o debate sobre sustentabilidade e governança pública passou a ocupar posição central nas agendas políticas nacionais e subnacionais, impulsionado pela urgência das mudanças climáticas e pelas transformações sociais e econômicas globais. No contexto brasileiro, o Estado de São Paulo destaca-se como unidade federativa de grande relevância econômica, política e institucional, abrigando um complexo arranjo de políticas públicas em diferentes níveis de governo.

Contudo, compreender como a sustentabilidade é incorporada ao planejamento orçamentário estadual exige ultrapassar análises descritivas e adentrar as dimensões institucionais e decisórias da política pública. Assim, este artigo investiga comparativamente as Leis Orçamentárias Anuais (LOAs) de São Paulo entre 2020 e 2023.

A pergunta de pesquisa é: qual o papel das políticas sustentáveis no planejamento político-econômico subnacional? A hipótese a ser testada é: Houve ascensão da pauta do desenvolvimento sustentável, no entanto não entrou na agenda prioritária governamental do Estado de São Paulo. Os objetivos específicos são: Categorizar políticas sustentáveis; comparar a presença dessas políticas nas LOAs; identificar em que medida as políticas sustentáveis foram priorizadas; analisar a articulação com as capacidades estatais e a governança multinível.

A reflexão sobre políticas sustentáveis subnacionais parte do pressuposto de que a sustentabilidade deve ser entendida como um processo dinâmico e relacional, no qual Estado e sociedade constroem conjuntamente estratégias de adaptação, mitigação e equidade social (Leach; Scoones; Stirling, 2010). No entanto, o próprio conceito de desenvolvimento é atravessado por tensões epistemológicas e históricas (Escobar, 2007), tende-se a marginalizar saberes locais e práticas de povos tradicionais, perpetuando padrões coloniais de poder e produção (Santos, 2017).

Essa crítica é particularmente relevante para o caso paulista, cuja trajetória de desenvolvimento foi marcada pela exploração de recursos e pela concentração de renda, desde o ciclo do café até a industrialização e o avanço do agronegócio. Sob uma perspectiva decolonial, é possível afirmar que o modelo de crescimento paulista, embora exitoso em termos econômicos, mantém heranças de desigualdade social e ambiental que desafiam a implementação de políticas verdadeiramente sustentáveis.

No campo institucional, a análise das LOAs permite compreender a tradução prática dos compromissos políticos em ações orçamentárias, uma vez que a LOA constitui o instrumento que materializa anualmente as metas definidas no Plano Plurianual (PPA) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Nesse sentido, a comparação das LOAs paulistas revela não apenas a presença de programas voltados à sustentabilidade, mas também o quanto essas iniciativas são condicionadas por fatores políticos e econômicos que limitam sua execução.

Com base nesse panorama, o estudo parte de uma abordagem mista, unindo métodos quantitativos e qualitativos para mensurar o peso orçamentário das políticas sustentáveis e analisar seu enquadramento conceitual. O recorte temporal entre 2020 e 2023 é particularmente significativo, pois compreende um ciclo completo de planejamento plurianual e o período da pandemia de COVID-19, que expôs fragilidades estruturais das políticas públicas e reconfigurou prioridades governamentais. Ao examinar as LOAs, busca-se compreender se o Estado de São Paulo, dotado de alta capacidade fiscal e administrativa, tem mobilizado seus recursos para promover um desenvolvimento sustentável ou se persiste em modelos de crescimento pautados na lógica do capital e na resistência a transformações ecológicas e sociais.

Dessa forma, este relatório pretende contribuir para o debate sobre o papel das capacidades estatais e da governança multinível na efetivação das políticas sustentáveis subnacionais. E revelar os desafios que ainda limitam a consolidação de uma agenda sustentável neste estado brasileiro.

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Para demonstrar a relevância de se analisar as Leis Orçamentárias Anuais é preciso compreender o que é, para que serve e como funciona legalmente. A LOA é um

instrumento orçamentário relacionado com outros para planejar de curto a médio prazo as ações governamentais.

No sentido de planejamento governamental de médio prazo, existe o Plano Plurianual (PPA), estabelecido pelo art. 165, §1º, da Constituição Federal Brasileira (CFB) de 1988. Refere-se a um instrumento com vigência de quatro anos, que define as diretrizes, objetivos e metas da administração pública, cuja função é dar racionalidade ao gasto público, ao vincular políticas setoriais com o planejamento estratégico do Estado.

De forma vinculativa, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) está prevista no art. 165 da CFB de 1988. É elaborada anualmente e seu papel central é estabelecer, a cada exercício, as metas e prioridades da administração pública, orientando a elaboração do orçamento anual. Define também as metas fiscais e regula ainda as alterações tributárias, renúncias de receitas, disciplina critérios de limitação de empenho e contingenciamento, vinculando-as à responsabilidade fiscal.

Já a LOA se configura como um plano de ação. Regulamentada pelo art. 165, §5º, da mesma Constituição, representa a materialização anual das políticas públicas, ao detalhar as receitas previstas e as despesas autorizadas. Portanto, torna-se instrumento de aplicação das metas estabelecidas no PPA.

O PPA, a LDO e a LOA articulam-se diretamente com os princípios da responsabilidade fiscal, sendo a Lei Complementar nº 101/2000. Fortalece a relação entre planejamento orçamentário e desenvolvimento ao introduzir parâmetros de equilíbrio fiscal, limitação de despesas com pessoal, endividamento e transparência. Desse modo pretende assegurar aumentos do gasto público em parceria com a capacidade arrecadatória do Estado. Vale ressaltar que a elaboração é competência do poder executivo e são encaminhadas para apreciação e aprovação pelo poder legislativo.

A análise desses instrumentos é relevante, no caso desta pesquisa as LOAs, visto que apresenta o trajeto governamental adotado para que as políticas públicas formuladas possam ser implementadas. Assim, a partir desse arcabouço, torna-se possível compreender como os orçamentos dos programas e ações se conectam à análise das políticas sustentáveis.

ESCOPO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Nesta seção, argumenta-se e delimita-se a respeito das concepções de políticas sustentáveis, governança multinível e capacidades estatais. Também traz, sucintamente, a trajetória histórica do estado de São Paulo no que se refere as bases de seu desenvolvimento e cita o período pandêmico, parte do recorte temporal desta pesquisa. O objetivo é elaborar os preceitos teóricos para categorizar os programas e ações da LOAs, e analisar a capacidade de articulação do governo com a demanda da sustentabilidade, de forma a refletir no planejamento.

O debate sobre desenvolvimento sustentável atravessa décadas e consolidou-se como referência essencial para compreender a interação entre economia, sociedade e meio ambiente. Mais recentemente, a discussão ultrapassa a perspectiva puramente conceitual e envolve dimensões institucionais, epistemológicas e práticas, em diálogo com os desafios contemporâneos da equidade social e da crise climática.

No plano institucional, a sustentabilidade tem sido discutida a partir da noção de governança multinível, que pressupõe a cooperação entre diferentes esferas do Estado (municipal, estadual e federal) e atores não estatais, como empresas privadas, cidadãos organizações da sociedade civil e organizações não governamentais.

Assim, modelos de gestão ambiental tradicionalmente centralizados são hoje considerados insuficientes, devido à complexidade das interações entre sistemas humanos e não humanos. A governança multinível se tornou fundamental para a operacionalização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), pois exige a coerência entre mudanças institucionais e estabilidade regulatória para que haja efetividade ao longo do tempo (Meuleman, 2021).

De forma complementar, Griggs et al. (2013) defendem metas globais que abrangem desde a erradicação da pobreza até a igualdade de gênero, a conservação da biodiversidade e a mitigação das mudanças climáticas. A implementação, entretanto, exige a adaptação dessas metas às realidades locais e mecanismos confiáveis de mensuração e acompanhamento dos resultados.

Nesse sentido, Ostrom (1990) evidenciou como comunidades locais são capazes de construir regras próprias para o uso coletivo de recursos, com mecanismos de monitoramento e sanções, configurando arranjos institucionais adaptativos. E Folke (2006) propõe que a resiliência deve se tornar paradigma de referência, entendida como

a capacidade dos sistemas socioecológicos de absorver distúrbios sem perder suas funções essenciais, o que exige aprendizado e adaptação constantes.

Ao se falar em adaptação, em especial em arranjos de governança globalizados, como também fragmentados, argumenta-se a sustentabilidade dinâmica. É entendida como um processo no qual os atores sociais buscam atender às necessidades humanas e ecológicas de maneira justa e equitativa ao utilizarem práticas tecnológicas e inovativas, sem desconsiderar os conflitos de poder e as disparidades de acesso aos recursos (Leach; Scoones; Stirling, 2010).

A título de exemplificação, município brasileiros com conselhos ambientais e secretarias específicas para atuação na questão climática, possuem maiores probabilidades de aprovar legislações de cunho ambiental (Marenco; Kern, 2025), ou seja, são estruturas e relações institucionais (e organizacionais) influenciadoras na formulação da agenda governamental.

A dimensão epistemológica amplia esse debate ao questionar a própria ideia de “desenvolvimento”. Para Escobar (2007), é necessário romper com narrativas homogêneas que impõem modelos hegemônicos e, em seu lugar, valorizar saberes locais e práticas tradicionais, o que fortalece vínculos de pertencimento e evita processos de epistemicídio. Santos (2017) reforça essa perspectiva ao destacar a importância da incorporação de conhecimentos historicamente marginalizados como parte fundamental da construção de alternativas sustentáveis.

Outro eixo importante refere-se à vulnerabilidade socioambiental, conceito que analisa a exposição de sistemas e comunidades a choques externos — como eventos climáticos extremos — e sua sensibilidade em resistir a tais perturbações. Como observa Adger (2006), essa condição é heterogênea, variando conforme contextos regionais, históricos e sociais, de modo que os impactos da mudança climática não se distribuem de maneira uniforme.

Disso, depreende-se a concepção de capacidades estatais. As transformações sociais e políticas são influenciadas pela autonomia e força organizacional dos Estados. Isso é medido pela habilidade de implementar projetos de largo alcance, independentemente de pressões externas (Evans; Rueschemeyer; Skocpol, 1985). Na mesma linha, Evans (1995) introduziu o conceito de autonomia enraizada (*embedded autonomy*), que seria representada por Estados eficazes ao combinarem burocracias

relativamente autônomas com fortes vínculos às demandas públicas e privadas. Assim, a capacidade estatal emerge não apenas da hierarquia burocrática, mas também da articulação entre Estado e sociedade.

De outra forma, compreende-se a separação da capacidade administrativa de autonomia política, aquele Estado que consegue formular e implementar políticas públicas de maneira previsível, estável e impessoal. Para medir a capacidade estatal não importa só tamanho do Estado, mas também a qualidade da burocracia, a eficiência da arrecadação e a execução das políticas (Fukuyama, 2013).

A construção de um Estado e suas capacidades podem ser entendidas em três dimensões centrais: capacidade coercitiva, referente ao monopólio da força e à garantia da ordem; capacidade extrativa, relativa à arrecadação de recursos fiscais; e capacidade administrativa, ligada à implementação de políticas públicas. O autor enfatiza que essas dimensões podem se desenvolver de forma desigual, explicando por que Estados podem ser fortes em alguns setores e frágeis em outros (Soifer, 2016).

E em cenários de urgência climática, pode-se relacionar com o fato de além das estruturas burocráticas. O Estado precisa desenvolver habilidade política para enfrentar a resistência de grupos de interesse, especialmente em políticas ambientais e climáticas, ou seja, capacidade de estabelecer estratégias diante de conflitos (Meckling; Nahm, 2022) – pensar o Estado de São Paulo com tradição agropecuária, que muitas vezes adota práticas não sustentáveis de desenvolvimento, é um aspecto importante a ser observado.

Ao se tratar desse Estado, nota-se pela trajetória histórica um desenvolvimento pautado na exploração, nos ideais escravagistas, direcionado para o crescimento econômico, ao invés de esforços e políticas direcionadas ao desenvolvimento social e sustentável.

Isso porque desde o período colonial, São Paulo foi espaço de intensa exploração da mão de obra indígena e, posteriormente, africana escravizada, práticas que alimentaram as bases de sua riqueza. Como não lembrar dos chamados “bandeirantes”, tradicionalmente considerados heróis e desbravadores do Brasil, quando na realidade capturavam e violentavam as populações encontradas em seus caminhos. O grupo hegemônico reproduziu um modelo de expansão territorial fundado na expropriação de saberes locais (epistemicídio).

Já no XIX, São Paulo consolidou-se como polo central do ciclo do café, estruturando uma elite agrária fortemente vinculada ao mercado externo (Odalia; Caldeira, 2010a). Mesmo com a chegada de imigrantes europeus, com novas dinâmicas de trabalho livre incorporadas, não romperam com hierarquias raciais e sociais.

No século XX, São Paulo ficou conhecido como motor da industrialização brasileira. Mas só concentrou riqueza e produção de desigualdades espaciais, isso causou impactos ambientais severos, como poluição, degradação de rios e desmatamento. A chamada modernização política e institucional ocorreu de forma hierarquizada, com grande concentração de poder e recursos nas cidades maiores e nas elites locais, com isso os pequenos municípios ficaram com baixa autonomia e pouca capacidade de planejamento (Odalia, Caldeira, 2010b).

Essa assimetria administrativa e econômica criou as bases daquilo que hoje se identifica como integração desigual das cidades médias e pequenas à lógica do capital urbano-industrial.

Fato que durante a primeira e segunda décadas do século XXI, a questão do desenvolvimento sustentável, de se buscar formas “limpas” de produção energética, a reutilização e redução de materiais, a valorização de conhecimentos contra-hegemônicos (a considerar indígenas, africanos, demais culturas latinas) foram ganhando espaço na pauta política e, por vezes, na própria agenda governamental.

Um exemplo é a Lei Estadual nº 13.798/2009, que instituiu a Política Estadual de Mudanças Climáticas, que impulsiona a economia sustentável, inclusive atualizada em 2024. E o sistema de Pagamento por Serviços Ambientais, incentivo financeiro para proprietários de terras que conservam e recuperam a vegetação nativa, protegendo nascentes e mananciais, ou que restauram áreas degradadas. No entanto, enraizaram-se assimetrias sociais e ambientais.

Somado a isso, o governo do Estado de São Paulo tem há décadas tendências a políticas neoliberais. O período aqui analisado não foge à regra. Para embasar isso, apresentam-se os *policy makers*, responsáveis pela formulação e implementação das políticas, no caso, os governadores – pelo caráter excepcional de formular projeto de lei da LOA –, com seu papel em fazer certas pautas conquistarem a agenda governamental, ou seja, quando governo e as pessoas ligadas a ele, passam a concentrar sua atenção num

determinado período de tempo, ou ainda é o presidente que dirige recursos institucionais, organizacionais, e direciona a atenção pública (Kingdon, 2003).

Por isso, em termos do Executivo, de 2020 a abril de 2022, quem ocupou o cargo foi João Dória, do Partido da Social Democracia Brasileira, sucedido por Rodrigo Garcia, do mesmo partido, de abril a dezembro de 2022; e a partir de janeiro de 2023, por Tarcísio de Freitas, do Republicanos.

Isso leva a encontrarmos políticas favoráveis ao mercado, às elites e políticas econômicas, segurança pública, em detrimento de políticas sociais, de reparação histórica ou de enfrentamento da lógica capitalista.

Diante do exposto, depreende-se que as políticas sustentáveis, nesta pesquisa, são os programas e ações averiguados nas LOAs, que pautam em seus objetivos o reuso de recursos, redução de materiais, eficiência em procedimentos e processos, propostas de práticas de comunidades tradicionais – intimamente ligados em mitigar os efeitos das mudanças climáticas. Uma vez que se configuram como aquilo que o Estado escolhe fazer ou não fazer (Dye, 1984).

As análises destas leis se referem justamente à governança multinível, visto que todos os entes federativos brasileiros formulam e implementam a LOA. E como planejam (e implementam) tais políticas, direcionam a forma de se relacionarem, sendo mais ou menos interdependentes, os grupos de interesses e seus conflitos, por isso salientou-se a concepção de capacidades estatais.

COMPÊNDIO DO DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Do mesmo modo, a fim de apresentar políticas sustentáveis formuladas pelo Estado de São Paulo para se construir um panorama ampliado de como o governo age em relação a essa agenda. Inclusive, nas últimas décadas, tem construído um modelo de desenvolvimento sustentável que articula restauração ambiental, governança regional e inovação socioambiental, ainda que enfrente desafios significativos decorrentes da complexidade territorial e da urgência climática, como se notará a seguir.

O Programa Município Verde Azul, implementado em 2007, e que agora inclui critérios de compras públicas sustentáveis e planos de adaptação climática, visa medir e apoiar a eficiência da gestão ambiental com a descentralização e valorização da agenda

ambiental nos municípios. Existe premiação com o “Certificado Município VerdeAzul”, concedido aos municípios que atingem a nota superior a 75 pontos, e garante à prefeitura premiada preferência na captação de recursos junto a SEMIL (Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, 2007).

Um marco recente dessa trajetória é o lançamento do novo Plano Estadual de Meio Ambiente, que contempla 21 ações distribuídas em seis eixos estratégicos (Biodiversidade; Bioeconomia e Finanças Verdes; Parques Estaduais; Educação e Conscientização Ambiental; Fortalecimento Institucional; e Resiliência e Adaptação Climática), com investimento previsto de R\$ 2,13 bilhões. Quando somado ao programa IntegraTietê, com foco em direcionar recursos aos pontos mais vulneráveis do Tietê, o total de recursos chega a quase R\$ 8 bilhões em ações até 2026. Um ponto de atenção que esse projeto estabelece iniciativas de estruturação de Parcerias Público-Privadas (Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, 2023a).

Implementaram-se programas como o Refloresta SP e o Conexão Mata Atlântica, que visam restaurar 37,5 mil hectares de vegetação até 2026 — um investimento estimado em R\$ 1 bilhão. Desde 2021, o estado vem registrando queda de 82 % no índice de desmatamento de sua vegetação nativa, segundo o Painel Verde, plataforma que integra dados de satélite e autuações ambientais. E iniciativas como o ICMS Ecológico estimou R\$ 732 milhões aos municípios que preservam áreas verdes ou mantêm mais de 30 % de cobertura natural, o montante é 153% maior do que o destinado a cerca de 200 municípios que cumpriram os critérios ao longo de 2021 e 2022 (Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, 2023b, 2023c).

Nota-se que as políticas aqui trazidas, implementadas nos últimos anos, são regidas por governança multinível e no sentido de preservação do meio ambiente.

Dessa forma, ao longo do século XXI, o estado propôs políticas de desenvolvimento sustentável, a sua maneira, em resposta à forte urbanização, à intensa especulação imobiliária e à pressão sobre recursos naturais. Como adendo, observa-se também a questão das capacidades estatais e de governança para implementação municipal das políticas públicas para que seja realizada de forma eficiente e, como consequência, conquiste recursos do estado.

COMPARATIVOS ENTRE AS LOAS E O PAPEL DAS POLÍTICAS SUSTENTÁVEIS

Como supracitado, a LOA se refere ao detalhamento das receitas e despesas do governo para o ano seguinte. Aqui são apresentados os programas relacionados a políticas sustentáveis, extraídas a partir de sua categorização, da forma definida neste trabalho. Cada programa possui seus objetivos, dentro desses objetivos se buscou a categoria.

Portanto, salienta-se que essas políticas podem ser encontradas em eixos como Segurança Pública, Saúde, Tecnologia, etc., não necessariamente diante de um eixo específico de Sustentabilidade. Elas também são vinculadas a Secretarias, responsáveis pelo planejamento e execução.

Diante do exposto, ao comparar e analisar as LOAs de 2020 a 2023, têm-se os dados apresentados na tabela 1 a seguir.

Tabela 1: Programas com Políticas Sustentáveis e as respectivas Secretarias, de 2020 a 2023.

Programas	Secretarias Estaduais
Ciência, Tecnologia, Inovação, Produtividade e Competitividade	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
Inovação e Tecnologia para Instituições Públicas e Privadas	
Fomento ao Desenvolvimento Sustentável da Macrometrópole Paulista	Secretaria de Desenvolvimento Regional
Melhoria da Gestão da Seds	Secretaria do Desenvolvimento Social
Abastece-SP: Segurança do Campo à Mesa	Secretaria de Agricultura e Abastecimento
Agro-SP Sustentável	
Justiça e Cidadania no Campo e na Cidade	Secretaria da Justiça e Cidadania
Corpo de Bombeiros preparado para Emergências com foco de Riscos	Secretaria da Segurança Pública
Modernização da Segurança Pública	
Requalificação Habitacional e Urbana	Secretaria da Habitação

Fomento ao Desenvolvimento Socioeconômico	Secretaria da Fazenda e Planejamento
Rede Social de Cidadania e Sustentabilidade	
Evolução Regulatória em Energia Elétrica, Gás Canalizado e Saneamento Básico	Secretaria de Governo
São Paulo: Território e Cartografia	Secretaria de Orçamento e Gestão
Monitoramento da Qualidade e Redução da Pegada Ambiental	
Conservação da Biodiversidade e Proteção Ambiental	
Fortalecimento do Planejamento e Gestão Ambiental	
Gestão e Gerenciamento de Resíduos Sólidos no Estado de São Paulo	
Unidades de Conservação, Pesquisa e Inovação em Meio Ambiente	
Planejamento, Formulação e Apoio à Implementação Política de Saneamento	Secretaria da Infraestrutura e Meio Ambiente
Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário na área operada pela SABESP	
Desenvolvimento da Política de Recursos Hídricos e Implementação de suas Ações	

Fonte: Elaboração própria, 2025. Dados extraídos das LOAs do Estado de São Paulo (2020, 2021, 2022, 2023).

Como era de se esperar, a Secretaria com maior concentração de políticas sustentáveis é a Secretaria com a denominação de Meio Ambiente, mas é agregada à pauta Infraestrutura. As demais possuem entre uma e duas políticas. Esses dados corroboram com o argumento de haver maior probabilidade de aprovação de políticas ambientais, quando entes possuem secretarias específicas para isso (Marengo; Kern 2025).

No caso em tela, nos anos estudados, não existe uma Secretaria exclusivamente de Desenvolvimento Sustentável, no entanto a Secretaria de Desenvolvimento Regional

possui um programa destinado a isso. A de Desenvolvimento Econômico possui um programa também, mas direcionado à gestão, logo da eficiência do órgão público.

Aqui foram apresentados programas apenas relacionados às políticas sustentáveis, mas cada secretaria possui número maior. Isso indica o quanto a pauta sustentabilidade consegue se inserir em demais espaços administrativos governamentais, por sua vez, na formulação e implementação de políticas.

Agora, na tabela 2, apresentam-se os valores empenhados por Programa por ano de LOAs. Assim é possível analisar a destinação orçamentária governamental ao longo do tempo.

Tabela 2: Valores empenhados por Programa nas LOAs do Estado de São Paulo (em R\$), de 2020 a 2023,

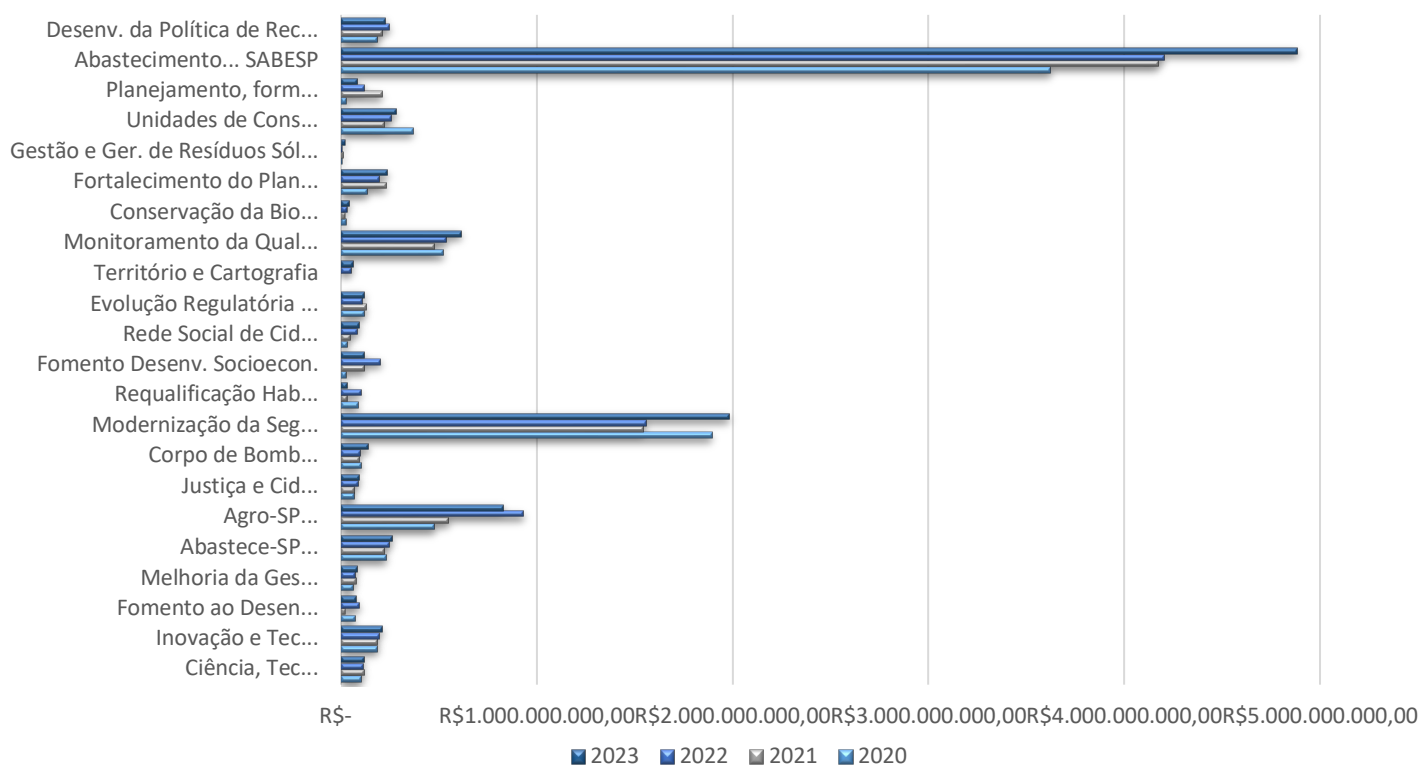
Programa	LOA 2020	LOA 2021	LOA 2022	LOA 2023
Ciência, Tecnologia, Inovação, Produtividade e Competitividade	100.869.332,00	114.993.247,00	110.127.770,00	114.720.435,00
Inovação e Tecnologia para Instituições Públicas e Privadas	185.951.956,00	184.732.922,00	191.861.556,00	207.692.058,00
Fomento ao Desenvolvimento Sustentável da Macrometrópole Paulista	69.364.391,00	19.724.410,00	90.666.523,00	74.795.250,00
Melhoria da Gestão da Seds	59.045.650,00	73.137.544,00	68.922.779,00	84.922.631,00
Abastece-SP: Segurança do Campo à Mesa	230.090.938,00	219.773.910,00	244.286.372,00	260.391.329,00
Agro-SP Sustentável	476.688.059,00	546.196.452,00	929.924.038,00	829.801.919,00
Justiça e Cidadania no Campo e na Cidade	66.230.613,00	65.919.285,00	85.250.719,00	91.348.453,00
Corpo de Bombeiros preparado para Emergências com foco de Riscos	100.458.510,00	90.159.425,00	94.894.770,00	136.597.421,00
Modernização da Segurança Pública	1.891.792.861,00	1.541.968.151,00	1.555.318.825,00	1.979.012.143,00
Requalificação Habitacional e Urbana	86.732.492,00	28.120.828,00	98.137.085,00	32.371.403,00
Fomento ao Desenvolvimento Socioeconômico	25.005.154,00	117.811.618,00	200.197.755,00	120.000.180,00
Rede Social de Cidadania e Sustentabilidade	32.352.713,00	43.602.967,00	80.553.765,00	91.307.231,00

Evolução Regulatória em Energia Elétrica, Gás Canalizado e Saneamento Básico	118.614.457,00	124.307.912,00	107.588.391,00	119.260.139,00
São Paulo: Território e Cartografia			49.454.594,00	59.141.583,00
Monitoramento da Qualidade e Redução da Pegada Ambiental	520.894.187,00	472.899.945,00	535.669.296,00	608.697.438,00
Conservação da Biodiversidade e Proteção Ambiental	24.151.211,00	16.859.281,00	27.219.791,00	40.735.280,00
Fortalecimento do Planejamento e Gestão Ambiental	132.875.259,00	228.647.516,00	190.829.706,00	234.794.556,00
Gestão e Gerenciamento de Resíduos Sólidos no Estado de São Paulo	6.254.415,00	12.295.569,00	5.926.567,00	20.508.800,00
Unidades de Conservação, Pesquisa e Inovação em Meio Ambiente	365.141.199,00	217.992.655,00	253.263.851,00	278.248.039,00
Planejamento, formulação e apoio à implementação política do saneamento	25.945.674,00	206.244.373,00	118.235.442,00	82.315.985,00
Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário na área operada pela SABESP	3.623.350.465,00	4.170.999.843,00	4.200.000.010,00	4.885.000.010,00
Desenvolvimento da Política de Recursos Hídricos e Implementação de suas Ações	184.076.955,00	206.244.373,00	243.906.931,00	859.809.854,00

Fonte: Elaboração Própria, 2025. Dados extraídos das LOAs do Estado de São Paulo 2020, 2021, 2022, 2023.

O Gráfico 1 traz os dados em outra perspectiva, permitindo comparar todos os programas e suas progressões ao longo dos anos.

Gráfico 1: Valores empenhados por Programa nas LOAs do Estado de São Paulo, de 2020 a 2023.



Fonte: Elaboração Própria, 2025. Dados extraídos das LOAs do Estado de São Paulo 2020, 2021, 2022, 2023.

Da tabela 2 e gráfico 1, extrai-se que o maior valor empenhado foi do programa *Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário na área operada pela SABESP*, em relação às políticas sustentáveis. Trata-se de um conjunto de ações e investimentos da SABESP para expandir e universalizar os serviços de fornecimento de água tratada e de coleta e tratamento de esgoto, esta, por sua vez, é uma política com custos significativos de implementação.

De forma complementar, também reflete a lógica de um Estado gestor, voltado à eficiência empresarial e à manutenção de serviços essenciais sob formato de empresa pública de capital misto. Nessa perspectiva, a capacidade estatal se apresenta como competência técnica e financeira ao invés de uma política distributiva, reforçando um padrão neoliberal da gestão pública (Zaparolli, 2022), que privilegia resultados econômicos e parcerias com o setor privado - neste período a SABESP ainda não tinha sido vendida, mas em dezembro de 2023 já houve autorização.

Na sequência de valores, os dados escancaram o fato do segundo maior investimento ter sido para o programa *Modernização da Segurança Pública*. Reforça o histórico governamental paulista de investimentos altos nesse setor, como se observa investimentos bilionários, advindos de governadores e maioria de legisladores com pautas

neoliberais. Traduz uma racionalidade estatal voltada ao controle e à ordem, como argumenta Soifer (2016), típica de governos com forte herança tecnocrática e foco na estabilidade.

A capacidade estatal coercitiva reproduz a tendência de um Estado que regula e fiscaliza, mas pouco redistribui. No entanto, o foco é nas políticas sustentáveis, então também representa a busca por uma instituição mais eficiente e eficaz, reduzindo os custos com sua manutenção e com menos impacto negativo ao meio ambiente.

Um ponto de atenção, os anos de 2021 e 2022 houve redução significativa do orçamento para este programa. Conectam-se com os anos pandêmicos, considerando que em 2022 foram dados os primeiros passos frente ao combate efetivo da COVID-19. Digase de passagem, com atuação proeminente do estado de São Paulo.

Em terceiro lugar, o AgroSP Sustentável. Novamente endossa a influência do agronegócio na política paulista desde os tempos coloniais. Na disputa na arena política consegue introduzir suas demandas na agenda e exigir a realização de seus interesses. É outra pasta bilionária no orçamento. Mas, existe este programa voltado para práticas sustentáveis.

Independente dos objetivos de plano de fundo desse programa, se realmente há motivação para mitigar os impactos ambientais, ou a sustentabilidade abriu um nicho, uma nova arena para angariar fundos para os grupos hegemônicos, ainda assim as ações, com sua devida fiscalização, enfrentam a crise climática.

Notam-se quatro programas na sequência, com poucas divergências orçamentárias entre eles: *Unidades de Conservação, Pesquisa e Inovação em Meio Ambiente*; *Fortalecimento do Planejamento e Gestão Ambiental* (estas duas da Secretaria de Meio Ambiente e Infraestrutura); *Inovação e Tecnologia para Instituições Públicas e Privadas*; *Abastece-SP: Segurança do Campo à Mesa*.

A última, do parágrafo anterior, se refere à área agrícola, mas também voltada para agricultura familiar, considerada política sustentável pelo modo de produção dessas famílias. A penúltima é destinada à pesquisa em instituições públicas e privadas, incentivando desenvolvimento de ciência, tecnologia e inovação para e com sustentabilidade, que pode se coadunar com o primeiro programa listado. E o de gestão ambiental, pode-se se referir a preservação de áreas e planejamento do crescimento urbano.

Seguindo a análise, o *Corpo de Bombeiros preparado para Emergências com foco de Riscos* mostra valores significativos e estáveis, pode-se entender como um investimento em adaptação a riscos climáticos — uma dimensão importante da governança multinível. Como esse programa depende da articulação entre municípios, Defesa Civil e forças estaduais, demonstra coordenação interinstitucional. Ainda assim, os valores são modestos frente à magnitude dos desastres ambientais recentes.

As políticas de *Fomento ao Desenvolvimento Socioeconômico e de Requalificação Habitacional e Urbana* mantêm valores moderados e relativamente estáveis, sinalizando uma política de continuidade sem inovação estrutural. A ausência de crescimento expressivo nesses programas sugere uma capacidade estatal restrita à manutenção, sem expansão de investimentos sociais em escala que responda às vulnerabilidades urbanas.

Ao se ater aos dados dos programas ligados à *Ciência, Tecnologia, Inovação e Produtividade*, embora fundamentais para o desenvolvimento sustentável, recebem proporção reduzida do orçamento. Isso contrasta com o discurso oficial de inovação e sustentabilidade. Com isso, o Estado paulista demonstra capacidade institucional para planejar, mas não para reorientar prioridades estratégicas.

Programas de *Monitoramento da Qualidade Ambiental, Conservação da Biodiversidade, Gestão de Resíduos Sólidos e Unidades de Conservação* recebem investimentos limitados, o que expõe o lugar marginal da pauta ambiental dentro do planejamento. Ponto de atenção que são programas interligados com a manutenção do bem-estar ambiental.

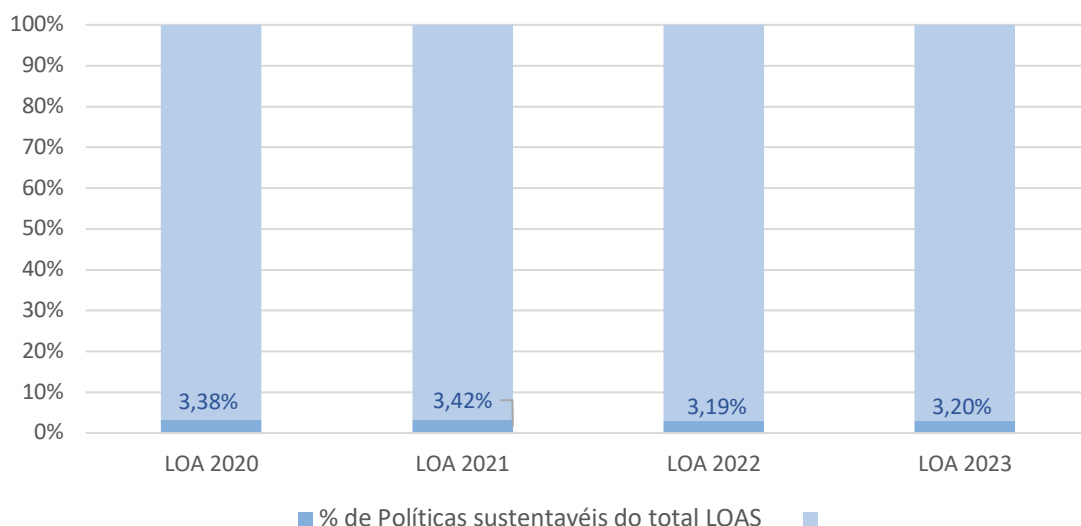
Pode-se compreender tal fenômeno como sendo programas reveladores de baixa capacidade estatal de implementação ambiental, resultado de um modelo administrativo fragmentado e fortemente condicionado por diretrizes de austeridade fiscal e interesses de elite agrária e econômica. Ou seja, há pouca integração entre Estado, municípios e sociedade civil, o que fragiliza o alcance das políticas de sustentabilidade.

Por outro lado, o *Fortalecimento do Planejamento e Gestão Ambiental* e o *Fomento ao Desenvolvimento Sustentável da Macrometrópole Paulista* sinalizam tentativas de coordenação regional. Estes programas expressam um esforço incipiente de governança multinível, na medida em que dependem de arranjos colaborativos entre entes

subnacionais. Contudo, os valores modestos revelam que tais iniciativas ainda carecem de prioridade política e de investimento consistente.

No gráfico 2, observa-se a proporção das políticas sustentáveis frente ao total orçamentário das LOAs.

Gráfico 2: Proporção de Políticas Sustentáveis nas LOAs do Estado de São Paulo, de 2020 a 2023.



Fonte: Elaboração própria, 2025. Dados extraídos das LOAs do Estado de São Paulo 2020, 2021, 2022, 2023.

Para compreendermos a relação das políticas sustentáveis com o todo planejado nas LOAs, temos as porcentagens dessa política frente as outras demandas do orçamento, ou as outras demandas do Estado, ou as outras demandas de grupos de interesse.

Para começar, foi comentado o período pandêmico abarcado, no qual os governos tiveram que fazer rearranjos orçamentários para lidar com a crise sanitária naquele momento. Mas, se nota estabilidade para o orçamento destinado a políticas sustentáveis, não houve grandes discrepâncias em termos do que elas representaram para o total empenhado. Ficou na casa dos 3% a 3,5%.

Diante desses dados, interpreta-se que as pautas sustentáveis ainda são incipientes em relação as outras tantas pautas debatidas. Seu acesso à agenda governamental ainda é discreto, apesar de todo contexto de crise climática. Quando existem, essas políticas se concentram em Secretarias específicas, voltadas para esse fim, ou de modo a dividir a pasta com outras áreas, como é o caso do próprio Estado de São Paulo, que a divide com a Infraestrutura. Além da disputa externa para angariar dinheiro público e parcerias, também precisa enfrentar disputas internas para realização das referidas políticas.

O fato de estados, municípios e a própria união terem órgãos exclusivamente para políticas sustentáveis possui sua importância política, econômica e social, pois consegue mobilizar mão de obra, orçamento, ou seja, aparatos burocráticos-legais, financeiros e físicos para este fim. Mas entende-se também, como já exposto, que a sustentabilidade pode ocorrer em diversos aspectos das dinâmicas entre humanos e não humanos. Ela pode ser disseminada e capilarizada, justamente o que foi observado neste trabalho.

Novamente ressalta-se o entendimento de que existem políticas já definidas em lei com porcentagem a serem destinadas. Mas o intuito desse trabalho foi analisar dentre as várias áreas da política pública, o quanto foi do interesse do legislador (no caso Executivo com anuência do Legislativo) em estabelecer medidas sustentáveis.

Ao analisar os programas, os de destaque orçamentário foram aqueles destinados a empresa (de economia mista), agronegócio e segurança, remete ao que o próprio Harvey (2021) argumentava que o capital ele se reinventa e busca novas formas de acumulação. No sentido de que as pautas sustentáveis e de preservação ambiental vieram na esperança de desacelerar a busca incessante pelo lucro e exploração, e voltar o olhar para os conhecimentos das comunidades tradicionais, pensar outras formas de vida e de produção, nesse mundo finito e cada vez mais em destruição.

O que se observou ao longo das décadas foi a apropriação desses discursos pela lógica do capital, as tais “empresas verdes”, como a sustentabilidade pode gerar mais produção para a agropecuária com menor custo, mas sabemos que os preços dos produtos não diminuíram em demasia e continuou a relação com o mercado externo.

Analisar as LOAs do Estado de São Paulo é uma pequena amostra desse cenário. Afinal, demonstrou-se que é um estado com capacidade arrecadatória, e grande potencial orçamentário, com corpo técnico qualificado para elaborar políticas com demandas reais da sociedade, estrutura organizacional para tal, mas as questões estruturais de uma cultura patrimonialista e elitista ainda resistem.

RESULTADOS

Por fim, o artigo analisou as Leis Orçamentárias Anuais do Estado de São Paulo entre 2020 e 2023, com foco na incorporação de políticas sustentáveis e na atuação estatal sob as perspectivas da capacidade estatal e da governança multinível. Os resultados

indicam que, embora o discurso da sustentabilidade esteja presente, os maiores investimentos concentram-se em setores tradicionais.

Compreendeu-se que o comportamento orçamentário dos programas paulistas demonstra um Estado dotado de alta capacidade administrativa e fiscal, mas que a utiliza para sustentar um modelo de governança neoliberal, orientado pela eficiência, pela tecnicidade e pelo controle, mais do que pela redistribuição ou pela justiça ambiental.

Em uma perspectiva crítica, o discurso da sustentabilidade convive com práticas orçamentárias que reproduzem assimetrias estruturais. O desafio do Estado de São Paulo para mitigar os problemas climáticos, portanto, não é apenas ampliar recursos, mas reorientar prioridades, para que o orçamento público se torne efetivamente um instrumento de transição ecológica justa e inclusiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, A. (ed.) et al. **O Bem Viver: Uma Oportunidade para Imaginar Outros Mundos**. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

ADGER, W. N.. Vulnerability. **Global Environmental Change**, 16(3), 268–281, 2006.

AROCENA, R.; SUTZ, J. Research and innovation policies for social inclusion: The Latin American experience. **Science and Public Policy**, 39(5), 561-570, 2012.

BABBIE, E. R. **The Practice of Social Research**. 13. ed. Boston: Wadsworth Publishing, 2012.

BACHINI, N.; SAMPAIO, R. C.; ATHANÁSIO, E. Entrevistas em profundidade em Ciência Política. In: **Manual de Introdução às técnicas de pesquisa qualitativa em Ciência Política**. SAMPAIO, R. C.; DE PAULA, C. (orgs.). Brasília: ENAP, 2024.

BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento sustentável: Das origens à agenda 2030**. São Paulo: Editora Vozes, 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em: 02 out. 2025.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF: Presidente da República, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm#:~:text=LEI%20COMPLEMENTAR%20N%C2%BA%20101%2C%20DE%204%20DE%20MAIO%20DE%202000

[0&text=Estabelece%20normas%20de%20finan%C3%A7as%20p%C3%ABlicas,fiscal%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAscias](#). Acesso em: 02 out. 2025.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Desenvolvimento, Progresso e Crescimento Econômico. **Lua Nova** (93), dez. 2014.

COLLINS, P. H.. **Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment**. London/UK: Routledge, 2000.

CRENSHAW, K.. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory, and Antiracist Politics**. University of Chicago Legal Forum, 1989(1), 139-167, 1989.

CRESWELL, J. W. **Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches**. 4th. ed. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2014.

DAGNINO, R.. **Technological Innovation and Social Change: Reflections on Brazil**. London/UK: Routledge, 2009.

DINIZ, Clélio Campolina. Celso Furtado e o desenvolvimento regional. In: SOUSA, Rafael Galvão de; LIMA, Jacob Carlos (orgs.). **Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 2021. p. 379-400.

DYE, T. D. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs, N.J.: PrenticeHall. 1984.

ENGELMANN, Aline Barbosa Dias; FREITAS, Felipe Ghisleni. A inovação e o fortalecimento dos encadeamentos produtivos no desenvolvimento do Brasil. In: ROTTA, Edeimar; LOPES, Herton Castiglioni; ROSSINI, Neusa (orgs.). **O modelo de Desenvolvimento brasileiro das primeiras décadas do século XXI: aportes para o debate**. Chapecó: Editora UFFS, 2018. p. 387-397.

ESCOBAR, A. **La invención del Tercer Mundo: construcción y deconstrucción del desarrollo**. Caracas, Venezuela: Fundación Editorial el perro y la rana, 2007a.

ESCOBAR, A.. **Worlds and Knowledges Otherwise**. Cultural Studies 21(2-3): 179-210, 2007b.

EVANS, P. B.; RUESCHEMEYER, Dietrich; SKOCPOL, Theda. **Bringing the State Back In**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

EVANS, P.. **Embedded Autonomy: States and Industrial Transformation**. Princeton: Princeton University Press, 1995.

FERNANDES, F. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2021.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

FERREIRA, L. da C. **A Questão Ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.

FOLKE, C.. Resilience: The emergence of a perspective for social–ecological systems analyses. **Global Environmental Change**, 16(3), 253–267, 2006.

FONTANA, A.; FREY, J. H.. The Interview: From Structured Questions to Negotiated Text. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), **The SAGE Handbook of Qualitative Research** (3rd ed., pp. 695-727). SAGE Publications, 2005.

FREY, K. **Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil**. Brasília, DF: IPEA, 2000.

FREYRE, G. **Casa-Grande & Senzala**. São Paulo: Global Editora, 2006.

FUKUYAMA, F.. What is Governance? **Center for Global Development Working Paper**, No. 314, 2013.

GEORGE, A. L.; BENNET, A. **Case Studies and Theory Development in the Social Sciences**. Massachusetts/USA: MIT Press, 2005.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. et al. Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. **Ciências Sociais Hoje**, Brasília, ANPOCS n. 2, p. 223-244, 1984.

GOUGH, D.; OLIVER, S.; THOMAS, J.. **An Introduction to Systematic Reviews**. California/USA: SAGE Publications. 2017.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

GRIGGS, D. et al. **Sustainable development goals for people and planet**. Nature, 495, 305–307, 2013.

GUDYNAS, E. **Buen Vivir: today's tomorrow**. Development, v. 54, n. 4, p. 441–447, 2011.

HARVEY, D.. **A Condição Pós-Moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2021.

JIQURI, K. V. **Tekoá: uma arte milenar indígena para o Bem Viver**. São Paulo: BestSeller, 2024.

KINGDON, J.. **Agendas, alternatives, and public policies**. New York: Harper Collins, 2003.

KRENAK, A. **Ideias para Adiar o Fim do Mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LASSWELL, H. D. Politics: who gets what, when, how. Cleveland: Meridian Books, 1936.

LEACH, M.; SCOONES, I.; STIRLING, A.. **Dynamic Sustainabilities**: Technology, Environment, Social Justice. UK: Earthsan/Routledge, 2010.

LIMA, L. L.; D'ASCENZI, L. Implementação e Avaliação de Políticas Públicas: Intersecções, limites e continuidades. In: **Teoria e Análise sobre Implementação de Políticas Públicas no Brasil**. LOTTA, G. (org.). Brasília: Editora IPEA, 2019.

LORDE, A. **Sou sua irmã**: escritos reunidos. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

LORENCETTI, M. A.; NOVELLI, D. H. Introdução aos softwares de Análise de Dados Qualitativos em Ciência Política. In: **Manual de Introdução às técnicas de pesquisa qualitativa em Ciência Política**. SAMPAIO, R. C.; DE PAULA, C. (orgs.). Brasília: ENAP, 2024.

MARENCO, A.; KERN, D.. Policymaking in multilevel governance: how local governments adopt sustainable development policies in Brazil. **Front. Polit. Sci.**, vol. 7, jun/2025.

MARQUES, L. **Capitalismo e Colapso Ambiental**. Campinas: Editora UNICAMP, 2018.

MARYING, P.. **Qualitative Content Analysis: Theoretical Foundation, Basic Procedures and Software Solution**. Brussels/Belgium: Beltz Juventa, 2015.

MATTOS, Hebe. **Das cores do Silêncio**. Campinas: Editora UNICAMP, 2014.

MECKLING; J.; NAHM, J.. Strategic State Capacity: How States Counter Opposition to Climate Policy. **Comparative Political Studies**, Volume 55, Issue 3, jul/2021.

MEULEMAN, L.. Public Administration and Governance for the SDGs: Navigating between Change and Stability. **Sustainability**, 13(11), 2021.

MIGNOLO, W. DELINKING: The Rhetoric of Modernity, the Logic of Coloniality and the Grammar of Decoloniality. **Cultural Studies**, 21(2-3): 449-514, 2007.

MIGNOLO, W. **The Darker Side of Western Modernity**: Global Futures, Decolonial Options. North Caroline: Duke University Press, 2011.

MOURA, A. S. de; BEZERRA, M. do C. Governança e Sustentabilidade das Políticas Públicas no Brasil. In: **Governança Ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas**. MOURA, A. M. M. de. Brasília: Editora IPEA, 2016.

NASCIMENTO, B. **Quilombola e intelectual: possibilidade nos dias de destruição**. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018.

ODALIA, N.; CALDEIRA, J. R. de C. (Orgs.). **História do estado de São Paulo/A formação da unidade paulista**: Vol. 2: República. São Paulo: Editora UNESP, 2010a.

ODALIA, N.; CALDEIRA, J. R. de C. (Orgs.). **História do estado de São Paulo/A formação da unidade paulista**: Vol. 3: Governo e Municipalidade: Volume 3. São Paulo: Editora UNESP, 2010b.

OSTROM, E.. Reflections on the Commons. In: **Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PEARCE, I. **Teoria Geral e Princípio do Desenvolvimento Sustentável: Conciliando Desenvolvimento, Ambiente e Justiça**. São Paulo: Editora Ágora, 2018.

PEREIRA, A. L.; WESZ JÚNIOR, V. J. Crescimento e Desenvolvimento: Revisão e Discussão. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 24, 2021.

PETITCREW, M.; ROBERTS, H.. **Systematic Reviews in the Social Sciences: A Practical Guide**. New Jersey/USA: Blackwell Publishing, 2006.

PRADO JÚNIOR, C. **A História Econômica do Brasil**. Brasília: Editora Brasiliense, 2012.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Companhia de Letras, 2011.

QUIJANO, A. Coloniality of Power and Eurocentrism in Latin America. **International Sociology** 15(2): 215-232, 2001.

RANDS, A. **Desigualdades Regionais no Brasil**. São Paulo: Elsevier, 2011.

RIBERIO, D. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Global Editora. 2023.

RICUPERO, R. **A Formação da Elite Colonial no Brasil (de 1530 a 1630)**. São Paulo: Edições 70, 2020.

SAMPAIO, R. C. et. al. Análise de Conteúdo Qualitativa em Ciência Política. In: **Manual de Introdução às técnicas de pesquisa qualitativa em Ciência Política**. SAMPAIO, R. C.; DE PAULA, Carolina (orgs.). Brasília: ENAP, 2024.

SANDES-FREITAS, V. E. V. de; FREITAS, J. dos S.. Estudo de caso em Ciência Política: teoria e aplicação. In: **Manual de Introdução às técnicas de pesquisa qualitativa em Ciência Política**. SAMPAIO, R. C.; DE PAULA, C. (orgs.). Brasília: ENAP, 2024.

SANDES-FREITAS, V. E. V. de; VASQUEZ, V.. Questões científicas para a análise qualitativa em Ciência Política: transparência metodológica, replicação, validação dos dados e validade. In: **Manual de Introdução às técnicas de pesquisa qualitativa em Ciência Política**. SAMPAIO, R. C.; DE PAULA, C. (orgs.). Brasília: ENAP, 2024.

SANTOS, B. de S. **Epistemologies of the South: Justice against epistemicide**. London and New York: Routledge, 2016.

SANTOS, B. de S.. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2017.

SÃO PAULO. **Lei nº 13.738, de 09 de novembro de 2009.** Institui a Política Estadual de Mudanças Climáticas – PEMC. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2009. Disponível em:
<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2009/lei-13798-09.11.2009.html>.
 Acesso em: 05 out. 2025.

SÃO PAULO. **Lei nº 17.244, de 10 de janeiro de 2020.** Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2020. Diário Oficial, São Paulo -SP: Poder Executivo, 2020. Disponível em:
https://portal.fazenda.sp.gov.br/servicos/orcamento/Documents/LOA/Lei_17244_de_10_01_2020.pdf. Acesso em: 01 out. 2025.

SÃO PAULO. **Lei nº 17.302, de 29 de dezembro de 2020.** Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2021. Diário Oficial, São Paulo -SP: Poder Executivo, 2020. Disponível em:
https://portal.fazenda.sp.gov.br/servicos/orcamento/Documents/LOA/Lei_17309_de_29_12_2020.pdf. Acesso em: 01 out. 2025.

SÃO PAULO. **Lei nº 17.498, de 29 de dezembro de 2021.** Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2022. Diário Oficial, São Paulo -SP: Poder Executivo, 2021. Disponível em:
https://portal.fazenda.sp.gov.br/servicos/orcamento/Documents/LOA/Lei_17498_de_29_12_2021.pdf. Acesso em: 01 out. 2025.

SÃO PAULO. **Lei nº 17.614, de 26 de dezembro de 2022.** Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2023. Diário Oficial, São Paulo -SP: Poder Executivo, 2022. Disponível em:
https://portal.fazenda.sp.gov.br/servicos/orcamento/Documents/LOA/Lei_17614_de_26_12_2022.pdf. Acesso em: 01 out. 2025.

SCHMIDT, J. P. Para entender as políticas públicas: aspectos conceituais e metodológicos. In: REIS, J. R dos; LEAL, R. G. (Orgs.). **Direitos Sociais e políticas públicas:** desafios contemporâneos. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico:** uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Nova Cultura. 1997.

SECCHI, L. **Políticas públicas:** conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SINGER, P. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimentismo solidário. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v.18, n.51, maio/ago. p. 7-22, 2004.

SLENES, R. W. **Na Senzala, Uma Flor.** Campinas: Editora UNICAMP, 2012.

SMITH, L. T. **Decolonizing Methodologies:** Research and Indigenous Peoples. London/UK: Zed Books, 2012.

SOIFER, H. D.. **State Building in Latin America.** Cambridge University Press, 2016.

SOUZA, C. **Políticas Públicas**: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

TABACHNICK, B. e FIDELL, L.. **Using Multivariate Statistics**. 5ed., Boston/USA: Allyn e Bacon, 2007.

TELECHI, A. V.; BITTERN COURT, M.; SILAME, T. Uma introdução a Análise Qualitativa Comparada (QCA) em Ciência Política. In: **Manual de Introdução às técnicas de pesquisa qualitativa em Ciência Política**. SAMPAIO, R. C.; DE PAULA, C. (orgs.). Brasília: ENAP, 2024.

WALSH, C. **Interculturalidad, Estado, Sociedad**. Ecuador: Abya-Yala, 2009.

ZAPAROLLI, N. G.. Desenvolvimento econômico do estado de São Paulo: a plataforma neoliberal como redutora da renda do trabalhador ante o incremento do capital. **Mundo Livre: Revista multidisciplinar**, v. 8, n. 1, pp. 133-161, jan./jun. 2022.

ZAPAROLLI, N. G. **Desenvolvimento científico e tecnológico no Estado de São Paulo**: uma análise de casos múltiplos. 2022. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2022.

ZAPAROLLI, N. G. **Elites Tecnológicas Locais** – o processo de influência na articulação das Políticas de Ciência e Tecnologia Locais e no Poder Público. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

ZAPAROLLI, N. G. **Em busca da Identidade Social e Econômica de São Carlos/SP**: A Ciência e Tecnologia como Propulsora do Desenvolvimento e Melhoria da Qualidade de Vida da População. 2014. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

RELATÓRIO TÉCNICO

Ao longo do período do Pós-Doutorado, a pesquisadora articulou de forma integrada ensino, pesquisa e extensão, consolidando uma agenda inovadora no campo das Ciências Sociais.

Ao cumprir com o propósito desse estágio, fortaleci e construí redes para o Grupo de Pesquisa Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas, com suporte e/ou parceria da Supervisora Dra. Luciléia Colombo. De forma que as atividades contempladas foram adicionais das pré-estabelecidas no Cronograma inicial, acrescidas de convites efetuados por parceiros de trabalho entre 2025 e início de 2026.

Em relação à Pesquisa, em especial participação em congressos e publicações de artigos científicos e anais, englobou temas referentes às Políticas Públicas e Ciência Política. Os produtos foram motivados pelo próprio escopo da pesquisa e em aprofundar em temáticas que subsidiariam o desenvolvimento do pós-doutorado, em conjunto com o intuito de estabelecer parcerias profícuas.

Outro ponto relevante, a pesquisadora possui longa trajetória acadêmica marcada pela interdisciplinaridade e multidisciplinaridade. Com isso, as atividades comportam não só as grandes áreas das Ciências Sociais, como Sociologia, Ciência Política e Antropologia, como também Educação, Direito, Políticas Públicas e Tecnologia & Inovação, somadas a diálogos com entidades públicas e privadas. O desenvolvimento de cada uma está descrito a seguir.

ATIVIDADE DE EXTENSÃO

Como parte do pós-doutoramento, as atividades de extensão vinculadas ao projeto foram estruturadas como eixo estratégico de articulação entre produção científica e aplicação social do conhecimento, com foco na difusão dos resultados e na formação qualificada de diferentes públicos.

Comissões Julgadoras em Congressos

Fui da Comissão Julgadora do CAED-Jus 2025 - Congresso Internacional de Altos Estudos em Direito, ocorreu de forma online nos dias 28 a 30 de maio de 20205.

Participei da Comissão Julgadora no XXIV Semana de Pós-Graduação e XXV Semana de Graduação em Ciências Sociais UNESP, que aconteceu de 22 a 26 de setembro de 2025, na cidade de Araraquara/SP.

Na mesma semana participei da Comissão Julgadora do Congresso Jornadas de Antropologia John Monteiro. Ocorreu na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campus Campinas/SP, de 24 a 26 de setembro de 2025.

Coordenação de Grupos de Trabalhos em Congressos

Compus a Coordenação do Grupo de Trabalho Temas Contemporâneos do CAED-Jus 2025 - Congresso Internacional de Altos Estudos em Direito, ocorrido de forma online nos dias 28 a 30 de maio de 20205.

Coordenei o Grupo de Trabalho Antropologia da Saúde: práticas, saberes e processo de saúde – adoecimento, nas Jornadas de Antropologia John Monteiro, na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campus Campinas/SP, de 24 a 26 de setembro de 2025.

Estou coordenando o Grupo de Trabalho Cidades Médias em Perspectiva Comparada no 2º Congresso Internacional e Multidisciplinar sobre o Urbano, que ocorrerá de forma online e sediado na Universidade de Brasília nos dias 09 a 11 de junho de 2026.

E estou na coordenação do Grupo de Trabalho Vidas Conectadas, Poderes Codificados: Desafios Tecnopolíticos Contemporâneos na XVI Jornadas Esocite, que ocorrerá em Bogotá/Colômbia, em junho de 2026, organizado pela Rede Colombiana de Estudos Sociais das Ciências e das Tecnologias.

Avaliadora de Trabalhos Científicos em Congressos

Fui avaliadora de trabalhos do CAED-Jus 2025 - Congresso Internacional de Altos Estudos em Direito, ocorreu de forma online nos dias 28 a 30 de maio de 20205, no Grupo de Trabalho Temas Contemporâneos.

Participei como avaliadora e debatedora no XXIV Semana de Pós-Graduação e XXV Semana de Graduação em Ciências Sociais UNESP, que aconteceu de 22 a 26 de setembro de 2025, na cidade de Araraquara/SP, no Grupo de Trabalho Políticas Públicas.

Na mesma semana participei também como avaliadora e debatedora do Congresso Jornadas de Antropologia John Monteiro, no Grupo de Trabalho Antropologia da Saúde: práticas, saberes e processo de saúde – adoecimento. Ocorreu na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campus Campinas/SP, de 24 a 26 de setembro de 2025.

Avaliei trabalhos no 22º Congresso Brasileiro de Sociologia, ocorrido na Universidade de São Paulo (USP), de 15 a 18 de julho de 2025.

No XIV Simpósio Internacional de Análise Crítica do Direito, sediado na Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) em Jacarezinho/PR nos dias 27 a 29 de agosto de 2025, avaliei artigos científicos.

Emissão de Pareceres de Artigos em Periódicos Científicos

Meus conhecimentos foram solicitados para emitir pareceres de Artigos em Periódicos Científicos, tanto para compor Dossiês, Edições de Fluxo Contínuo, Resenhas, Relatos de Pesquisa. Artigos produzidos por estudantes de graduação à doutores. A seguir a lista dos periódicos:

- Cadernos de Estudos Sociais e Políticos do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (IESP-UERJ);
- Revista Online de Política e Gestão Educacional do Departamento de Educação da UNESP-FCLar;
- Agenda Política – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFSCar;
- Askésis – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar;
- Revista Epígrafe do Departamento de História da USP;
- CSOnline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora;
- Revista de Estudos Interdisciplinares CEEINTER;
- Interfaces da Educação da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul;

- MNeme – Revista de Humanidades do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN);
- Revista TODAVIA do Programa de Educação Tutorial em Ciências Sociais (PET) Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS);
- Revista Jurídica Direito, Sociedade e Justiça da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul;
- Revista Científica Sigma do Instituto de Ensino Superior do Amapá;
- Revista Saúdes em Rede da Rede UNIDA.

Revisora de Projetos de Iniciação Científica

Ao longo de 2025, realizei pareceres técnicos a respeito de projetos de Iniciação Científica para a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

Comitê Editorial

Pertenço ao Corpo Editorial na parte da Comissão Científica da Revista Aurora – Revista de Ciências Sociais, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP-Campus Marília. Em 2025 e 2026, emiti pareceres de artigos científicos para compor as edições.

Organização de Dossiês em Periódicos Científicos

Estou na organização do Dossiê *Diálogos Interdisciplinares nas Ciências Sociais frente aos Dilemas Contemporâneos* da Cadernos de Campos: Revista de Ciências Sociais, Qualis A3, previsto para publicação primeiro semestre de 2026.

Também organizo o Dossiê *Eleições: reconfigurações e disputas* na Revista Agenda Política, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos, Qualis A2. Publicação prevista para primeiro semestre de 2026.

E o Dossiê *Desafios e Possibilidades para o Desenvolvimento Sustentável* já aprovado na Ciências Sociais em Revista, editada pelos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e da Universidade

Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Qualis A3. A previsão de publicação é para o segundo semestre de 2026.

Banca de Conclusão de Curso de Graduação e Pós-Graduação

Argui como membro da banca de monografia da estudante Nicolý Gabrielli Macari Caldeira, cuja pesquisa se intitula: *As vozes da saúde na Constituinte: a formulação e a trajetória política do SUS*, para obtenção do título de Bacharela em Ciências Sociais pelo Departamento de Ciências Sociais da UNESP – FCLar, em novembro de 2025.

Participei como membro suplente da banca examinadora de defesa de tese de Doutorado em Ciência Política de Maycon Leandro Conceição, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFSCar.

ATIVIDADES DE ENSINO

Neste caso, previamente foi estabelecido ministrar disciplinas na instituição de ensino e workshop para servidores públicos. Ao refletir sobre o propósito de ampliação da rede de pesquisa e alinhar ao tema do projeto, redirecionamento desses aspectos foram necessários, culminando na integração orgânica entre ações e projeto.

Mentorias

Assim, para aprimorar a docência da pesquisadora e pensando sobre a questão do desenvolvimento na perspectiva decolonial, foram realizadas mentorias para empresas privadas, cujos projetos integram perspectivas dissonantes da lógica clássica econômica, com objetivos de impactos sociais reais, por intermédio da Connect – Ambiente de Inovação.

Cursos

Com o mesmo intuito de integração ao projeto, foram ministrados cursos no formato de palestras direcionadas para o setor público e privado, com objetivo de orientação, ensinamento e aprofundamento sobre Desenvolvimento, Políticas Públicas e

Governança. Como a realizada para o Momento Connect, nomeada *Startups, políticas públicas e Direito Internacional*. E para o podcast Pré-Hackaton, intitulada *Desafios das Cidades Conectadas: O papel das ACs na inovação local*.

Retomando, essas experiências trouxeram a vivência de como o desenvolvimento está sendo implementado em diversas frentes, apesar da hegemonia da perspectiva puramente econômica identificada na pesquisa de pós-doutorado. E a possibilidade de atuação prática, durante o ano de 2025, para reforçar e repensar novos modelos de desenvolvimento, integrando Universidade, Empresa e Poder Público com as perspectivas interseccionais e decoloniais.

Inserções em Pesquisas no Grupo de Pesquisa

De forma pontual, em reuniões do Grupo de Pesquisa, ao debater sobre projetos, artigos e pesquisas dos demais colegas, a pesquisadora realizou leituras, fez apontamentos e orientações específicas na intenção de colaborar e acrescentar com o desenvolvimento acadêmico de cada um, em especial aos estudantes da graduação.

ATIVIDADES DE PESQUISA

Como já mencionado, os trabalhos desenvolvidos, apresentados e publicados englobam temas que acrescentam ao entendimento da noção de desenvolvimento decolonial e interseccional, assim como tratam especificamente do objeto de pesquisa proposto aqui. Esses desdobramentos e aprimoramentos foram relevantes para construção metodológica apresentada no Relatório Científico.

Devido a esses fatores, ficou evidente a necessidade de pequenas adequações em relação ao projeto inicial de pesquisa, para abarcar as demandas de trabalho de extensão e ensino, para o tempo da construção metodológica, e para analisar com profundidade e precisão os dados coletados.

Execução do Projeto de Pesquisa

Em relação a Execução do Projeto de Pesquisa, as readequações se limitam à metodologia, influenciando parte dos dados e análises previamente propostos. No

decorrer da pesquisa científica, o objeto se mostrou complexo e extenso de modo surpreendente, e o tempo dispendido para formulação da metodologia mais adequada ao propósito teve que ser revisto. Desse modo, os estudos se centraram no estado de São Paulo e no método quantitativo descritivo.

O fazer pesquisa traz o desafio do planejamento e execução, por isso a pesquisadora entendeu essa circunstância como oportunidade de amadurecimento, de intensificação nos estudos e supervisão atenta, com reuniões frequentes, para cumprimento das etapas e ações propostas, uma vez que o estágio pós-doutoral tem tempo estipulado de 12 meses.

O método qualitativo, os objetivos, os critérios norteadores de escolha do referencial teórico, as fontes dos bancos de dados se mantiveram, assim como a hipótese formulada comprovou-se válida. Com isso, resultou-se no cumprimento da pesquisa proposta.

Portanto, finalizada a construção metodológica, agora está viabilizado o caminho para focar no aprofundamento da pesquisa quantitativa estatística – que neste momento é, infelizmente, inoportuno para a pesquisadora. Mas da pesquisa aqui apresentada, extraem-se elementos balizadores para futuras pesquisas, sendo possível fonte de inspiração para demais acadêmicos para aplica-la em outros contextos, devido ao aspecto da replicabilidade, fundamento caro à transparência científica.

Participação e Apresentação de Trabalhos em Congressos Nacionais e Internacionais

Pesquisa apresentada, na 13ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica, Poder, realizada pelo Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura (Conjugare), a partir da cidade do Porto, Portugal, em abril de 2025, intitulada: *Uma avaliação do Programa Saúde na Escola a Região Nordeste no Brasil*, no Eixo Temático Educação, Saúde e Bem-Estar.

Dois trabalhos foram apresentados, em maio de 2025, no CAED-Jus – Congresso Internacional de Altos Estudos em Direito: *Chinese Internacional Economic Relations from the Perspective of International Economic Law* e *Perspectivas Contemporâneas entre Inteligência Artificial, a Tecnologia da Informação e o Direito Internacional*, no Grupo de Trabalho Temas Contemporâneos.

Em junho de 2025, apresentei trabalho no 2º Congresso Internacional e Multidisciplinar Educação, no Grupo de Trabalho Dilemas da Educação na Sociedade Contemporânea, denominado *A cultura digital na Educação Profissional e Tecnológica: a dicotomia em desserviço ao mercado de trabalho*, que ocorreu no formato remoto.

Apresentação de trabalho em setembro de 2025 intitulado *A Inteligência Artificial e as Políticas Públicas para o Desenvolvimento Socioeconômico nas Relações entre Brasil e China* no VII Seminário Internacional em Direitos Humanos e Sociedade promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

No 49º Encontro Anual da ANPOCS, realizado entre os dias 15 e 24 de outubro de 2025, expus no Grupo de Trabalho Política e Sociedade em Escala Subnacional no Brasil: abordagens históricas, comparadas e espaciais com o trabalho *Planejamentos e Investimentos para Política de Desenvolvimento Sustentável: Comparativos entre os Estados de São Paulo e Espírito Santo*.

Para esse ano, 2026, possuo trabalho aprovado para apresentação no International Workshops on Public Policy, em julho, em parceria com a Carleton University, no Panel: W01 - What can be done? Comparing public policy responses and climate change-issues across regions as two sides of the same challenge, com o trabalho *Governance, Public Policy and Climate Change: a Comparative Study of the Brazilian Southeast Region*.

E no 15º Encontro da Associação Brasileiro de Ciência Política, que ocorrerá em agosto, na Área Temática Política e Economia, com a pesquisa *Desenvolvimento Sustentável: Estudo Comparativo da Execução Orçamentária da Região Sudeste*.

Publicação em Anais de Eventos Científicos

A pesquisa: *Uma avaliação do Programa Saúde na Escola a Região Nordeste no Brasil* foi publicada nos anais da 13ª Jornada Virtual Internacional em Pesquisa Científica, Poder, realizada pelo Centro Português de Apoio à Pesquisa Científica e à Cultura (Conjugare), de abril de 2025.

Nos anais do 2º Congresso Internacional e Multidisciplinar Educação consta trabalho desenvolvimento por mim, cujo título é: *A cultura digital na Educação Profissional e Tecnológica: a dicotomia em desserviço ao mercado de trabalho*.

Ainda em 2025, publicar-se-á o artigo *Planejamentos e Investimentos para Política de Desenvolvimento Sustentável: Comparativos entre os Estados de São Paulo e Espírito Santo* nos anais do 49º Encontro Anual da ANPOCS.

Publicação em Periódico Científico

O artigo *A inteligência artificial e as políticas públicas para o desenvolvimento socioeconômico nas relações entre China e Brasil* foi publicado na Revista Direitos Humanos e Sociedade do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc), v.9, n. de 2026, Qualis A3.

E submissão do artigo *Inclusión y Cultura Digital en la Formación Profesional y Tecnológica: Retos y Potencialidades de las Prácticas Educativas e Integradas*, na revista Paradigma, produzida pelo Centro de Investigaciones Educativas Paradigma UPEL (CIEP-UPEL) Maracay, Aragua, Venezuela, Qualis A1, aguardando parecer.

Revisora Interna de Capítulos de Livro

Pesquisas de colegas pesquisadores do Grupo de Pesquisa serão publicadas em breve em livro. Fui responsável por revisar parte dessas pesquisas, na perspectiva de um *desk review*, observando estrutura, tema, possíveis indícios de plágios, de uso de Inteligência Artificial sem menção.

Publicação de Capítulo de Livro

Dois capítulos de livros foram publicados no livro *Interfaces Contemporâneas do Direito*, publicado pela Pembroke Collins, em formato e-book, em 2025, nomeados como: *Chinese Internacional Economic Relations from the Perspective of International Economic Law* e *Perspectivas Contemporâneas entre Inteligência Artificial, a Tecnologia da Informação e o Direito Internacional*.

E o capítulo *A Cultura Digital na Educação para promoção dos Direitos Humanos*, no livro *Educação em Direitos Humanos*, pela V&V Editora, em 2026, em formato físico e e-book.

Organização de Livro

Organizei, em conjunto com colegas acadêmicos o livro *Interfaces Contemporâneas do Direito*, publicado pela Pembroke Collins, em formato e-book, em 2025.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O relatório de pós-doutoramento apresentado estruturou-se em duas dimensões complementares, o relatório científico e o relatório técnico, que, articuladas, evidenciam não apenas a produção de conhecimento, mas também sua aplicação prática e institucional.

No plano científico, a pesquisa se insere no campo das Políticas Públicas e do Desenvolvimento Regional, com forte ancoragem nas perspectivas decolonial e interseccional, e tenciona abordagens tradicionais que historicamente reproduzem lógicas eurocêntricas e excludentes.

Esse período de pesquisa, houve necessidade de readequações devido ao próprio objetivo de estudo e para os devidos alinhamentos entre as ações e o tema proposto. Mas também se tratou de uma continuidade coerente da trajetória acadêmica da pesquisadora, que evoluiu metodologicamente ao incorporar métodos mistos, combinando análise qualitativa e quantitativa para compreender a complexidade das políticas públicas no contexto brasileiro.

O objetivo central da investigação consistiu em examinar os impactos das políticas de desenvolvimento na região Sudeste, especialmente no que se refere à incorporação, ou ausência, de perspectivas decoloniais e interseccionais, em especial voltada para a concepção da sustentabilidade. A hipótese, confirmada ao longo do estudo, sustenta que tais perspectivas permanecem marginalizadas, independentemente de mudanças governamentais, uma vez que as políticas continuam orientadas prioritariamente pelo crescimento econômico e pelos interesses de grupos hegemônicos. Esse achado revela uma contribuição relevante ao campo, ao evidenciar empiricamente a permanência de estruturas de poder que limitam a efetividade de políticas inclusivas.

A pesquisa problematizou a noção tradicional de desenvolvimento, evidenciando como ela está historicamente vinculada a estruturas capitalistas, raciais e patriarcais que moldam as políticas públicas e restringem a diversidade epistemológica, ainda nos dias

atuais com políticas de ações afirmativas, ações governamentais direcionadas à reparação histórica.

Do ponto de vista teórico, o trabalho dialogou com autores clássicos e contemporâneos, articulou conceitos como desenvolvimento, hegemonia e colonialidade. A abordagem adotada priorizou a valorização de saberes plurais e aponta para a necessidade de uma “ecologia dos saberes”.

Metodologicamente, o estudo se destaca pela combinação de técnicas. A utilização de análise documental de Leis Orçamentárias Anuais (LOAs) e Planos Plurianuais (PPAs), aliada à análise de conteúdo e estatística descritiva, permite uma compreensão aprofundada da relação entre planejamento e execução das políticas públicas. Ofereceu densidade empírica ao trabalho, enquanto a operacionalização de variáveis como participação social, financiamento e sustentabilidade ampliou o alcance analítico da pesquisa.

Os resultados demonstram que, embora haja um discurso crescente em torno da sustentabilidade e da inclusão, os investimentos públicos permanecem concentrados em setores tradicionais, como agronegócio e segurança, evidenciando a reprodução de um modelo de governança orientado pela lógica neoliberal.

Essa contradição entre discurso e prática constitui um dos principais achados da pesquisa, reforçando sua relevância científica e política, ao indicar a necessidade de reorientação das prioridades estatais.

Evidenciou-se limites estruturais das políticas analisadas, o estudo não apenas diagnostica problemas, mas também abre caminhos para formulações mais inclusivas e sustentáveis.

O relatório foi redigido para a dimensão científica encontrar continuidade e aplicação no relatório técnico, que demonstra a materialização do conhecimento produzido em práticas acadêmicas, institucionais e sociais.

Ao longo do pós-doutorado, integrei ensino, pesquisa e extensão. Por meio de fortalecendo de redes acadêmicas, com parcerias com os colegas do Grupo de Pesquisa e com demais pesquisadores para estabelecer conexões para agendas de pesquisa.

Com participação em congressos, publicação de artigos e contribuição para a formação de estudantes e pesquisadores. Essa atuação evidencia que a pesquisa não se encerra em si mesma, mas se desdobra em múltiplas frentes de impacto.

As atividades de extensão, como participação em comissões julgadoras, organização de eventos e interlocução com setores público e privado promoveram transferir conhecimento científico para a sociedade. No campo do ensino, mentorias e cursos voltados à temática do desenvolvimento ampliam o alcance formativo da pesquisa, enquanto as atividades de pesquisa, publicações, apresentações e organização de obras, focaram em publicizar a ciência.

Dessa forma, a articulação entre relatório científico e técnico revela o cumprimento do projeto e do propósito do pós-doutorado. Buscou-se contribuir, mesmo que singelamente, à área das Ciências Sociais, como também para o impacto concreto na formação acadêmica, na construção de redes e na interface com políticas públicas, na concepção contra-hegemônica.